

# O primeiro periódico, a primeira tipografia e os espaços públicos de representação política na província do Maranhão (1821-1823)

Marcelo Cheche Galves<sup>1</sup>

## 1. Os impressos como documento e objeto de pesquisa: algumas considerações

O debate sobre a presença dos jornais e folhetos no trabalho do historiador, a partir da década de 1970, é parte constituinte do conjunto de mudanças pelas quais passava a historiografia brasileira, baseadas na redefinição da noção de documento e das premissas que até então balizaram nosso fazer historiográfico.

Uma percepção mais ampliada de documento, embora presente em muitos países desde, pelo menos, o século XIX, foi difundida nos meios acadêmicos brasileiros pelo que se convencionou definir como Escola dos *Annales*<sup>2</sup>. Na década de 1970, a terceira geração dos *Annales* publicava a famosa trilogia, rapidamente editada no Brasil<sup>3</sup>, proximidade temporal reveladora de uma sintonia que

1. Professor da Universidade Estadual do Maranhão, Brasil. Email: marcelochecheppg@gmail.com.

2. Uma perspicaz discussão sobre o quanto era nova a nova história proposta pelos *Annales* pode ser consultada em BURKE, 1992.

3. História: novos problemas; História: novas abordagens; História: novos objetos. A edição francesa é de 1974, a brasileira, de 1976. LE GOFF, NORA, 1995a; LE GOFF, NORA, 1995b; LE GOFF, NORA, 1995c.

remonta à política francesa de difusão cultural, e que teve nos *Annales* o legítimo representante para o campo da História<sup>4</sup>.

Novidades no campo teórico-metodológico conviveram com o movimento contínuo de compilação de informações que pudessem compor uma «história da imprensa no Brasil»<sup>5</sup>, pretensão de raízes oitocentistas, renovada pelo novo patamar que os impressos começavam a ocupar na pesquisa histórica. Tais novidades abrangiam a possibilidade de pensá-los também como objeto de pesquisa, componente de um campo difuso à época, entre uma antiga História da Cultura e a reflexão sobre uma sociedade a partir dos seus circuitos de comunicação.

Essas mudanças também inocentavam os impressos da acusação de «documentos suspeitos», já que não oficiais e, portanto, «duvidosos» e «parciais». A perspectiva de construção do conhecimento histórico a partir de interpretações díspares, sustentadas em documentos, abordagens e problemáticas diferentes integrou o conteúdo expresso nos jornais e folhetos à discussão sobre as condições políticas, econômicas e culturais de sua produção; em última instância, possibilitou que uma sociedade fosse pensada a partir do que nela se publicou, ou não.

Evidentemente, os baixos percentuais de letramento, comuns à América portuguesa/Brasil em diferentes tempos e espaços, impôs novas acusações a esse tipo de documento, tomado como «elitista», pouco representativo do conjunto de uma sociedade que se pretendia apreender. A esse respeito, cabe lembrar, com Edward Thompson, que os analfabetos acessam categorias de uma «cultura educada», ao passo que também difundem seus saberes, fundamentados em uma cultura oral<sup>6</sup>.

Sob a influência de tradições historiográficas diversas, ressignificadas no âmbito da historiografia brasileira, vivemos o avanço do que pode se definir

4. Sobre a importância dos *Annales* na definição do campo de uma História Social na historiografia brasileira, a partir da década de 1970, ver CASTRO, 1997. Contudo, cabe registrar a reconhecida anterioridade dessas relações, que remontam, pelo menos, às missões francesas nos meios acadêmicos brasileiros nas décadas de 1930 e 1940, momento-chave de constituição da produção historiográfica brasileira em sistema universitário, com destaque para a atuação de Fernand Braudel. Sobre a presença e a influência de Braudel na formação de professores de História da Universidade de São Paulo, ver MARTINEZ, 2002.

5. SODRÉ, 1966. Registre-se a característica, comum às historiografias nacionais, de transformar o passado colonial (ou outra anterioridade qualquer) em passado nacional. Assim, a «imprensa brasileira» do autor compreende os impressos produzidos no âmbito da América portuguesa.

6. THOMPSON, 1984: 47.

como uma História Social da Cultura, capaz de integrar eventos políticos, grupos sociais distintos e palavras e ideias em circulação.

Nesse sentido, um movimento inicial de potencialização da cultura escrita como base para os estudos sobre a América portuguesa pode ser demarcado em textos como *Aspectos da Ilustração no Brasil*, de Maria Odila Silva Dias, de 1968, e *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*, de Rubens Borba de Moraes, de 1979; também na década de 1970, Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>7</sup> deu início a um conjunto de pesquisas que evidenciou o lugar do impresso em cidades como Salvador e Rio de Janeiro.

Na esteira desses estudos, autores como Luiz Carlos Villalta<sup>8</sup> e Márcia Abreu<sup>9</sup> exploraram arquivos portugueses, como o fundo da Real Mesa Censória, preservado pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo. Os resultados de pesquisa, especialmente relacionados ao período final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, revelaram o envio de milhares de impressos para diversos portos da América portuguesa, como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís e Belém.

A experiência colonial, caracterizada por medidas de racionalidade administrativa desde meados do século XVIII e transformada pelo desembarque da Corte na América portuguesa, passou a ser apreendida também pelos impressos em circulação. A partir de 1808, tal circulação foi fomentada pela instalação da Impressão Régia no Rio de Janeiro; outra tipografia foi instalada na cidade de Salvador, em 1811.

Desse breve percurso se depreende que a Revolução Liberal de 1820, ao instituir a liberdade de imprensa<sup>10</sup>, viabilizou a circulação/impressão de palavras e ideias não mais submetidas à censura prévia em espaços já familiarizados com uma literatura variada, eventualmente política, quiçá contestatória — se considerarmos a circulação clandestina de títulos proibidos pelos órgãos censores

7. SILVA, 1973, 1978.

8. VILLALTA, 1999.

9. ABREU, 2003.

10. A censura prévia foi abolida pelas *Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, em 1821. As Cortes portuguesas regulamentaram a matéria em 4 de julho de 1821, com a *Lei sobre a liberdade de imprensa*. «Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa», 4 jul. 1821: 1436-1443.

portugueses<sup>11</sup>. A novidade não residia propriamente nos impressos, mas em seus conteúdos; noutra frente, a demanda por assuntos da política teve como consequência a disseminação de tipografias em diversas capitânicas, como a do Maranhão<sup>12</sup>, que viveria pela primeira vez essa experiência.

Feitas essas considerações, e para os limites deste texto, exploro a seguir os impactos provocados pela liberdade de imprensa na província do Maranhão, decorrentes da Revolução Liberal de 1820. O fio condutor dessa incursão será o jornal «O Conciliador do Maranhão». Criado em abril de 1821, o jornal tinha caráter oficial, era redigido por figuras próximas ao governador Pinto da Fonseca e impresso pela única tipografia da província, instaurada sob a proteção do mesmo governador; como contraponto, exploro também as reações ao monopólio da palavra impressa, como o abaixo-assinado de 65 cidadãos, queixosos das consequências daquilo que compreendiam como maus usos da tipografia, e suas implicações para o debate político. Por fim, recupero elementos referentes à estruturação do jornal, à projeção de seus redatores e ao debate sobre a independência capitaneada pelo centro-sul, em meio às tensões de espaços públicos de representação política em construção.

## 2. A Revolução Liberal de 1820 no Maranhão: poder político e o poder da palavra

*Os grandes acontecimentos políticos das nações, devendo algum dia entrar nas páginas da História, precisam ser minutados por testemunhas contemporâneas, e desinteressadas, a fim de que a posteridade possa avaliar o mérito ou demérito dos seus cooperadores<sup>13</sup>.*

11. Cabe salientar o reordenamento dos estudos da Revolução Liberal de 1820 na historiografia brasileira nesse mesmo período. Da perspectiva de mero antecedente da Independência, redutora e teleológica, os estudos avançaram por inúmeros caminhos, dentre eles os promovidos pela liberdade de imprensa. Em 1973, ao prefaciar a publicação de seis folhetos publicados entre 1821 e 1822, Arthur Reis observava não ter se dado ainda a devida atenção ao debate entre os que «escreviam a literatura política da época», tarefa largamente enfrentada nas décadas seguintes. REIS, 1973: 3.

12. Em outubro de 1821, por determinação das Cortes, as capitânicas foram denominadas como províncias. Os dois termos serão utilizados aqui, conforme o tempo a que se referir.

13. «O Conciliador do Maranhão», 15 abr. 1821: 1. A partir da edição n.º 77, de 6 de abril de 1822, o jornal passou a se chamar apenas «O Conciliador», forma adotada em alguns momentos do texto, para ambos os períodos.

Essas foram as primeiras palavras da primeira edição do jornal «O Conciliador do Maranhão», criado na cidade de São Luís, capital do Maranhão, em 15 de abril de 1821, apenas nove dias após a adesão do Maranhão à Revolução Liberal de 1820. A percepção de que a Revolução Liberal de 1820 era um grande acontecimento político, evidenciada em primeiro plano, parecia secundarizar o desejo dos redatores de controlar o curso dos acontecimentos. Apresentando-se como «desinteressados», apenas «testemunhariam» as novidades daquele tempo, a serem julgadas, no futuro, pela História.

Em sentido oposto, e por muitos caminhos, é possível conectar os interesses que moveram o então governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822) para permanecer no cargo, apresentando-se como o condutor daquela adesão, à criação de um periódico que legitimasse tal continuidade. Um tanto esquematicamente, aponto para os seguintes indícios: a proximidade das datas, de adesão à Revolução Liberal de 1820 e de criação do jornal; a escolha, como um dos redatores do jornal, de Antonio Marques da Costa Soares<sup>14</sup>, então secretário de Governo de Pinto da Fonseca; a urgência, manifesta na decisão de criação de um periódico sem a existência de uma tipografia, que deu origem a um jornal inicialmente manuscrito<sup>15</sup>; e os conteúdos que caracterizaram as primeiras edições do jornal.

Destaco aqui o primeiro e o último aspectos elencados.

Nos primeiros dias de abril de 1821, Pinto da Fonseca tomara a decisão de aderir à Revolução Liberal de 1820. Figura forjada no absolutismo português, o governador resistiu à ideia, desde, pelo menos, a recepção de notícias que davam conta da adesão do Grão-Pará, em janeiro daquele ano. Contudo, com as notícias de que a Bahia e Pernambuco haviam aderido ao movimento constitucional, organizou-se com setores das tropas do Maranhão e importantes representantes do Corpo de Comércio da cidade de São Luís, para garantir uma adesão que não alterasse sua condição de governador.

Em outro momento<sup>16</sup>, sistematizei aquilo que grupos opositores ao governador definiram como manobras políticas que garantiram sua permanência no cargo: o aumento da tabela de soldos, forma de atrair/neutralizar os setores das tropas que

14. O outro redator era o padre José Antonio da Cruz Ferreira Tezo, conhecido como padre Tezinho.

15. O jornal passou a ser impresso no n.º 35, em 10 de novembro de 1821. Dos números manuscritos, foram impressos apenas os oito primeiros. Com 212 edições, circulou até 23 de julho de 1823.

16. GALVES, 2011.

imaginaram outro desfecho para o movimento constitucional; a recusa em aceitar a chefia de uma Junta de Governo e o anúncio de sua despedida do Maranhão como parte da estratégia de permanência à frente do Governo, sustentada pelo «apelo popular»; a criação, em 9 de abril, de uma Junta Consultiva de Governo<sup>17</sup>, paliativo contra uma efetiva reorganização das relações de poder na província; o ordenamento da prisão dos principais opositores, sob o argumento de incitação dos escravizados, acusação perigosa, corporificada em alguns pasquins espalhados pela cidade de São Luís, também por ordem de Pinto da Fonseca; a instauração de um clima de ameaças que marcou as eleições, restritas, por intermédio de convites, quase que exclusivamente aos cidadãos que apoiavam o governador; e o recolhimento de assinaturas em seu apoio como forma de transformar as eleições, marcadas para o dia 13 de abril, em «aclamação» de seu nome.

Acrescente-se a essa cronologia, a criação do jornal «O Conciliador do Maranhão», dois dias após a «aclamação» do governador, e em meio a prisões e ameaças.

Tratava-se de outra frente de batalha. Como ensinam Robert Darnton e Daniel Roche<sup>18</sup>, tomar a palavra era uma forma de tomar o poder, de exercer o controle político da linguagem, questão própria a tempos que assistiram à ampliação dos espaços públicos de representação política e que provocavam, na expressão de Reinhart Kosellek, «batalha em torno de conceitos»<sup>19</sup>.

Narrar, conceituar e explicar<sup>20</sup> foram tarefas assumidas pelos redatores de «O Conciliador» desde a primeira edição, em que apresentaram o seguinte raciocínio:

*qual será mais bem regido nas delicadas circunstâncias em que estão os domínios portugueses? Um país regido por governos compostos de muitos membros, pela maior parte noviços na grande arte de reger o povo, e talvez suspeitos do mesmo povo, ou governado por um só homem prático nos deveres relativos ao seu cargo, respeitável em virtudes, ativo em providências e, sobretudo, amado dos mesmos*

17. Presidida pelo bispo Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré. Esse mesmo frade foi eleito presidente da junta provisória que substituiu Pinto da Fonseca em fevereiro de 1822.

18. DARNTON, ROCHE, 1996: 16.

19. KOSELLEK, 2006: 300.

20. Sobre o novo vocabulário e os novos sentidos dados a termos antigos, Lúcia Neves, em trabalho de referência sobre o tema, propôs que fossem agrupados em quatro conceitos fundamentais: despotismo, liberalismo, constitucionalismo e separatismo. NEVES, 2003.

*povos que tem regido? Pode alguém preferir a incerteza do acaso à realidade da experiência? Basta*<sup>21</sup>.

Contudo, à novidade da escrita política, sem censura prévia, faltava o elemento-chave para sua difusão, que caracterizara noutros espaços a «revolução impressa»: uma tipografia. Evidentemente, tal necessidade não escapava àqueles que construíram o periódico nas condições então possíveis. Por vários indícios, é possível perceber que o projeto de uma tipografia fora delineado naquele mesmo abril de 1821. Na edição d' «O Conciliador» de 9 de janeiro de 1822, os redatores afirmaram que: «desde o primeiro número, a imprensa já tinha sido solicitada em Londres»; antes, em algumas edições manuscritas, posteriormente impressas, afirmaram o compromisso com a futura impressão daqueles números, tão logo a tipografia fosse instalada<sup>22</sup>.

Em novembro de 1821, com grande alarde, era instalada a Tipografia Nacional do Maranhão. Já conhecedor do *Decreto das Cortes* de 1.º de outubro<sup>23</sup>, que determinava a eleição de juntas de governo nas províncias (e o conseqüente término de sua administração), o governador Pinto da Fonseca tratou de apresentar-se como defensor da liberdade de imprensa, própria de governos constitucionais<sup>24</sup>:

*Tendo a experiência demonstrado entre as nações mais cultas, que a liberdade da imprensa é paládio dos povos; que por ela se discutem as matérias, as verdades se vulgarizam, e a opinião pública se dirige, e retifica; vantagens que só a Tipografia pode facilitar e tendo para obter estes saudáveis fins mandado vir uma Imprensa, para o serviço, e utilidade pública desta província, onde este preciosamente nunca fora praticado*<sup>25</sup>.

21. «O Conciliador do Maranhão», 15 abr. 1821: 4. O jornal também publicava artigos assinados com pseudônimos, que eventualmente reforçavam a opinião dos redatores, de modo a constituir uma noção convergente de «opinião pública». Apenas como exemplo, na edição n.º 3 (22 abr. 1821): 29, o texto assinado por *Um português* considerou as eleições como «mera formalidade em tempos de crise».

22. Outros indícios e uma discussão sobre as condições de instalação e funcionamento da Tipografia Nacional do Maranhão, entre os anos de 1821 e 1823, podem ser consultados em GALVES, 2016.

23. «Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa», 29 set 1821: 2463-2464.

24. Com o futuro incerto, Pinto da Fonseca enfrentava acusações de despotismo, que poderiam comprometer sua ascensão em um governo de viés constitucional.

25. APEM. Livro 63, n. 405, p. 80.

Um primeiro ciclo, de abril a novembro de 1821, introduzira a atividade periódica, depois impressa, no Maranhão. Agora, tratava-se de potencializar a difusão do jornal «O Conciliador», com a disponibilização da estrutura da única tipografia da província.

### 3. O impacto da Tipografia Nacional do Maranhão no debate político

Em 18 de dezembro de 1821, 65 cidadãos encaminharam às Cortes e ao rei documento em que expressavam apoio ao *Decreto* de 1.º de outubro que, entre outras medidas, estabelecia a eleição de juntas de governo provinciais, ponto de atrito entre o governador Pinto da Fonseca e seus opositores desde abril daquele ano.

O apoio ao *Decreto* era também a oportunidade para denunciar o despotismo do governador<sup>26</sup>, sustentado em uma série de exemplos, que incluía a recente instalação da Tipografia e o propósito de, por intermédio do jornal «O Conciliador» «fazer circular mais fácil e extensamente os seus elogios e doutrinas ofensivas com que pretende iludir o povo para seus malévolos fins, libelos contra particulares a quem o mesmo governador odeia»<sup>27</sup>.

De fato a imprensa, instalada sob a égide da administração provincial, desequilibrava a disputa pela palavra, peça-chave daquele momento de construção de uma nova ordem e de consequente habilitação daqueles que poderiam conduzi-la. Curiosamente, o momento de registro das queixas era de organização inicial dessa estrutura em torno da Tipografia, prenúncio das transformações que o jornal viveria a partir de então.

A quase exclusividade com que a Tipografia Nacional do Maranhão serviu à impressão do jornal «O Conciliador», e as condições especiais que lhe oferecia<sup>28</sup>,

26. Pecha que o acompanhava por sua trajetória política ainda em Portugal, e que fora aguçada por denúncias levadas às Cortes e/ou publicadas em Londres, pelo periódico «Correio Braziliense», que davam conta das perseguições sofridas por seus inimigos políticos. Ver a respeito, GALVES, 2020.

27. *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei*. Vd. IHGB. Coleção Instituto Histórico, lata 400, pasta 10, documento 2.

28. Apenas como exemplo, ao jornal era concedido desconto de 25% e a possibilidade de pagamento com prazo de 30 dias, condições que lhe eram exclusivas. Para os projetos de impressão de outros jornais e as disputas suscitadas pela forma de funcionamento da Tipografia, ver GALVES, 2016.



transformou-o em um dos principais jornais da América portuguesa, em estrutura, periodicidade e longevidade.

Bissemanal, o jornal circulou entre abril de 1821 e julho de 1823, em 212 edições. Em outra ocasião, explorei a capacidade de difusão do jornal a partir das relações nominais de assinantes, publicadas nas edições número 39, 56, 97, 163, 167 e 190. Em suma, o jornal acumulou, entre 1821 e 1823, 636 assinaturas (incluído as renovações), de 443 assinantes, distribuídos por 17 localidades do Maranhão, além das províncias do Grão-Pará e Rio Negro, Piauí e Ceará, o que dava ao jornal um caráter interprovincial<sup>29</sup>. Somem-se a estas assinaturas a venda avulsa, em pelo menos 16 estabelecimentos localizados na cidade de São Luís<sup>30</sup>.

«O Conciliador» atuou na eleição da junta de governo, em fevereiro de 1822, em apoio a figuras ligadas a Pinto da Fonseca, e que compuseram a maioria eleita. Nos meses seguintes, o foco recairia sobre as notícias vindas do centro-sul, que davam conta de projetos por mais autonomia da parte americana do reino e, em seguida, separação política, sempre refutados pelo jornal.

Durante o ano de 1823, o jornal dedicou-se especialmente à defesa da manutenção dos vínculos entre a província e Portugal. Com o avanço das tropas independentistas, a partir das províncias do Ceará e Piauí, publicou subscrições em apoio às aguardadas tropas portuguesas, bradou pelo constitucionalismo (até a chegada das notícias da Revolta de Vila Franca de Xira, vitoriosa em Portugal em maio de 1823) e propôs mecanismos de resistência ao «despotismo» que avançava a partir do Rio de Janeiro.

Seus redatores ganharam notoriedade: o padre Tezinho foi eleito, em janeiro de 1823, para a segunda legislatura das Cortes portuguesas<sup>31</sup>; Antonio Marques

29. Ao todo, 31 assinantes identificaram-se como de alguma dessas províncias. O levantamento indicou ainda uma assinatura em Portugal e outra na Inglaterra. GALVES, 2015: 181-196. Para efeito de comparação sobre o número de assinantes, o periódico baiano «Idade d'Ouro do Brasil» possuía menos de duzentos assinantes, em 1819, SILVA, 1978: 39; para os jornais do Rio de Janeiro, LUSTOSA, 2000: 28 salientou que raramente ultrapassavam o número de 200 assinantes.

30. GALVES, 2015: 182-183.

31. Inviabilizada pelo restabelecimento dos plenos poderes de D. João VI. Por estar em Portugal, para onde se deslocara com o intuito de tomar assento nas Cortes, Tezinho não vivenciou a incorporação do Maranhão ao Império do Brasil, em julho de 1823.

da Costa Soares, que esteve à frente do jornal até a última edição<sup>32</sup>, constou na primeira lista de portugueses a serem expulsos da província, com a Independência.

## Considerações finais

Criados no âmbito do constitucionalismo português, a partir das especificidades que caracterizaram a adesão do Maranhão à Revolução Liberal de 1820, «O Conciliador» e a Tipografia Nacional do Maranhão podem ser pensados como elementos de uma variante provincial das possibilidades abertas pela instituição da liberdade de imprensa, um dos marcos do movimento.

A política, praticada agora também em praça pública, viveu a constituição dos contornos de uma opinião pública a partir da ampliação de espaços públicos de representação política, materializados em eleições, abaixo-assinados, jornais e folhetos.

As tensões provocadas por essas novidades também foram evidentes. Se a atuação no jornal ajudou a eleger o padre Tezinho, também provocou a deportação de Costa Soares. A palavra agora estava franqueada e as consequências eram imprevisíveis. «O Conciliador» não sobreviveu à nova ordem política; já a Tipografia Nacional do Maranhão, em 4 de agosto de 1823, publicava a primeira edição da «Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão», com as primeiras ordens do almirante Cochrane. Novos tempos.

32. De 23 de julho de 1823, cinco dias antes da capitulação. Sobre a incorporação do Maranhão ao Império do Brasil e a reorganização político-administrativa da província, ver GALVES, 2015.

# Fontes e Bibliografia

## Fontes

### Fontes manuscritas

#### **Arquivo Público do Estado do Maranhão**

APEM. Livro 63, n. 405, p. 80, verso 2, 13 de novembro de 1821.

#### **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

*PROTESTO DE LEALDADE e reconhecimento do povo ao Rei. Abaixo-assinado dos cidadãos da província do Maranhão* (1821). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Brasil. Coleção Instituto Histórico. Lata 400, pasta 10, doc. 2.

### Fontes impressas

*BASES DA CONSTITUIÇÃO Política da Monarquia Portuguesa* (1821). Lisboa: Tipografia de J. M. de Campos

«DIARIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa». 118 (4 de jul. 1821) 1436-1443. [Consult. 5 maio 2021]. Disponível em <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/118/1821-07-04>>.

«DIARIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa». 188 (29 set. 1821) 2463-2464. [Consult. 15 dez. 2020]. Disponível em <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/188/1821-09-29>>.

«GAZETA Extraordinária do Governo da Província do Maranhão». (1823). São Luís: Tipografia Nacional do Maranhão.

«O CONCILIADOR do Maranhão». (1821-1823). São Luís: Tipografia Nacional do Maranhão.

«O CONCILIADOR do Maranhão». 1 (15 abr. 1821) 1, 4.

## Bibliografia

ABREU, Márcia (2003). *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP.

BURKE, Peter (1992). *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In BURKE, Peter, org. *A escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 7-37.

CASTRO, Hebe (1997). *História social*. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo, org. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, pp. 45-59.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (1996). *Introdução*. In DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel, org. *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, pp. 15-16.

DIAS, Maria Odila Silva (1968). *Aspectos da ilustração no Brasil*. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro». 278, 105-170.

GALVES, Marcelo Cheche (2011). *Revolução do Porto e Independência: (des) conexões a partir da Província do Maranhão*. In BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa; GALVES, Marcelo Cheche, org. *Pontos, contrapontos não desvendados: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista*. São Luís: Café e Lápis; Editora UEMA, pp. 17-31.

GALVES, Marcelo Cheche (2015). *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826)*. São Luís: Café e Lápis; Editora UEMA.

GALVES, Marcelo Cheche (2016). *Dirigir e retificar a opinião pública: Os primeiros anos da Tipografia Nacional do Maranhão (1821-1823)*. In RIBEIRO, Gladys Sabina; CAMPOS, Adriana Pereira, org. *Histórias sobre o Brasil no Oitocentos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, pp. 125-140.

GALVES, Marcelo Cheche (2020). *O Conciliador do Maranhão (1821-1823): um periódico no mundo ibero-americano*. «Estudos Ibero-Americanos». 46:2, 1-18.

KOSELLECK, Reinhart (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-Rio.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (1995a). *História: novas abordagens*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (1995b). *História: novos objetos*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (1995c). *História: novos problemas*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

LUSTOSA, Isabel (2000). *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-23)*. São Paulo: Companhia das Letras.

MARTINEZ, Paulo Henrique (2002). *Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários na USP (1935-1956): notas para estudo*. «Revista de História». 146, 11-27.

MORAES, Rubens Borba de (1979). *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (2003). *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan.
- REIS, Arthur César Ferreira (1973). *Apresentação*. In BRASIL. Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura, org. *O debate político no processo da independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, pp. 3-4.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1973). *Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. «Revista de História». 94, 441-457.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1978). *A primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1966). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- THOMPSON, Edward Palmer (1984). *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica.
- VILLALTA, Luiz Carlos (1999). *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.